

# A progressão continuada, as políticas para a Educação e a felicidade pública

Palmiro Mennucci

Presidente do Centro do Professorado Paulista

O debate sobre a progressão continuada é complexo, uma vez que diz respeito à análise dos inúmeros acontecimentos que envolvem o trabalho numa escola. Ao falar sobre progressão continuada, estamos falando da avaliação do ensino-aprendizagem e, portanto, de tudo o que acontece cotidianamente, na escola, sobre o projeto político-pedagógico, em última instância, sobre as políticas públicas para a Educação.

Quando refletimos sobre a progressão continuada, não estamos discutindo somente se um aluno deve ou não progredir na sua jornada acadêmica. Esta decisão envolve tomada de posição sobre a função social da escola, o ofício de ensinar, as relações que se estabelecem entre os envolvidos diretamente no processo ensino-aprendizagem, a comunidade próxima, a inserção do aluno no mundo.

Qual mundo? Com certeza, o do século XXI, o da globalização das atividades econômicas, da organização de redes de comunicação, flexibilidade e instabilidade do emprego, individualização da mão-de-obra, da cultura de virtualidade real, apoiada em uma mídia onipresente e, ainda, da exclusão de uma grande parcela da população da possibilidade de exercer a cidadania consciente, participativa, cidadania com direito à escola de qualidade.

É neste cenário que se insere a discussão sobre a progressão continuada, que não pode estar desvinculada da reflexão sobre o projeto político-pedagógico da escola, sobre o ensinar bem para o bem aprender, ou seja, sobre a busca de respostas para inúmeras questões.

Qual escola queremos para nossos alunos? A de **classes numerosas**, onde o professor, tendo que se desdobrar para atender todos os alunos, tem dificultado o seu trabalho, no sentido de a todos incluir?

Não. Faz-se necessário reduzir-se o número de alunos na sala de aula, estabelecendo, como limite máximo de trinta alunos por sala, no Ensino Fundamental. Essa medida criará condições para que os educadores possam, no seu trabalho, respeitar premissas básicas do que vêm sendo postuladas como condição fundamental para o “melhor aprender” como, por exemplo, atendimento individualizado, personalizado; o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, a condução do permanente diálogo entre o mundo do aluno e o saber historicamente construído.

O que significa ser educador, hoje? Aquele que reproduz desigualdade, que repete velhos manuais, que tem o “dom natural”? Com certeza, não! A necessidade do educador-mediador, construtor do diálogo permanente entre a realidade do aluno e o saber sistematizado, propulsor das discussões filosóficas que orientam o exercício do nosso ofício, exige compromisso político para com a **formação e valorização do magistério**.

**Formação inicial** de qualidade, tanto na esfera pública, como na privada. Trata-se de dizer **não** às faculdades isoladas de pedagogia, **não** ao ensino universitário desligado da pesquisa, **não** aos cursos aligeirados, **não** ao currículo facilitado, desligado da reflexão filosófica sobre o sentido da existência humana, sobre sua historicidade. Trata-se de entender o Ensino Fundamental e Médio indissolúvelmente ligados ao Ensino Superior, sendo, portanto, fundamental investir nas universidades públicas, para garantir o aumento do número de vagas, não só na graduação, como na pós-graduação e outros tipos de cursos; trata-se de garantir recursos materiais e humanos; garantir, com verbas, a tão falada educação de qualidade.

Mas, se estamos falando no profissional da educação construtor do projeto político-pedagógico da escola, aquele que avalia o processo ensino-aprendizagem, em todas as suas dimensões, estamos enfatizando a importância da **formação continuada em serviço**, do fortalecimento dos espaços de discussão coletiva e da criação de novos espaços, dos projetos construídos, coletivamente, na escola e orientados por profissionais que se fizerem necessário.

Ao refletirmos sobre formação do educador, não estamos, portanto, falando apenas de sua competência técnica, do domínio de um conjunto de informações e habilidades didáticas mas, também, de sua formação humana, que engloba sua personalidade, autonomia para pesquisar, intervir, viver plena e condignamente. Nesse contexto, a **valorização do magistério** é peça fundamental, e só se fará se houver, de fato, compromisso do poder público com a formação (inicial e continuada), condições de trabalho, salários e carreira.

As estatísticas vêm alertando para o aumento, ano após ano, do número de professores que abandona o magistério, devido aos **baixos salários** e às **condições precárias de trabalho** nas instituições escolares. É preciso criar condições que mantenham no profissional de educação o entusiasmo inicial, a confiança na sua intervenção pedagógica, na perspectiva de crescimento profissional, na possibilidade da vivência da cidadania plena, aquela que garante o lazer, a continuidade da formação, o atendimento com qualidade quanto à saúde.

O descontentamento do magistério público paulista, com relação ao **Plano de Carreira**, aponta ainda a urgência quanto às medidas a serem tomadas para que cessem as injustiças no que diz respeito à valorização profissional dos que trabalham na educação.

Por entender que a qualidade do ensino, o compromisso com a avaliação que leva à progressão contínua do educando estão indissociavelmente ligadas à formação e valorização do profissional da educação, o Centro do Professorado Paulista reafirma suas reivindicações: incorporação imediata das gratificações, com extensão aos inativos, fixação do piso salarial do PEB I, na jornada inicial, em cinco salários mínimos, com conseqüente reflexo em toda a tabela de vencimentos; valorização da formação universitária do PEB I, fixando os seus vencimentos nos mesmos valores do PEB II; revisão do Anexo I (mesmo número de níveis para docentes e especialistas, além do respeito ao plano de carreira, bem como inicial do Supervisor de Ensino, superior ao final da faixa de Diretores de Escola); realização de concursos públicos para todos os cargos; mudança de critérios para a concessão do bônus mérito e gestão; discussão na rede para que possamos contribuir sobre a evolução funcional não-acadêmica, seguida da publicação do Decreto que a regulamenta.

Quando refletimos sobre progressão continuada, estamos refletindo também sobre as políticas do poder público para a educação, o que nos leva a uma terceira questão. Que políticas públicas queremos para a educação no Estado de São Paulo? Sem dúvida nenhuma, não queremos as **políticas implementadas “de cima para baixo”**, que excluem das decisões os profissionais da educação, que não respeitam o saber construído no cotidiano das escolas, que não valorizam o conhecimento, produto das pesquisas acadêmicas, os debates nas diferentes esferas da sociedade: sindicatos, fóruns, organizações não-governamentais, etc.

O argumento oficial de que a prática e a cultura da retenção, reprovação e separação do aluno do seu grupo-classe faz parte da cultura seletiva que as elites e o mercado impuseram a grande parte da população, não podem servir de pretexto para que se desconsidere o educador como sujeito político e social. Em qualquer reforma, é preciso considerar os significados que esta representa para os nela envolvidos, respeitando o tempo para a formação, discussão e interiorização da nova proposta.

Nessa perspectiva, propomos que seja revisto o sistema de progressão continuada, com a **alteração dos atuais dois ciclos de quatro anos para quatro ciclos de dois**, sendo que, ao final de cada ciclo, os alunos seriam avaliados, podendo permanecer um ano em recuperação de ciclo.

No entanto, essa medida será inócua se não for acompanhada, por parte da Secretaria de Educação, por ações que promovam a reflexão sobre o sistema seriado e a lógica equivocada dele advinda, isto é, a do pensar a precedência dos conteúdos e a obrigação dos alunos apreendê-los em um tempo pré-definido, e de acordo com parâmetros rígidos, preestabelecidos.

Para que isso aconteça, é fundamental que se fortaleçam os Conselhos de Classe/Série e os de Ciclo, para que seja instaurado, na escola, um espaço/tempo de reflexão coletiva sobre a progressão do ensino-aprendizagem e, ainda, a instauração, de fato, da autonomia nas escolas, para que, com ela, se instaure o diálogo constante entre a possibilidade e impossibilidade, o que permitirá a projeção dos princípios norteadores da ação, os caminhos para nosso trabalho e a avaliação contínua do processo educativo e seus resultados.

Concluindo, o Centro do Professorado Paulista parabeniza a Secretaria de Estado da Educação pela iniciativa desse Fórum de Debates. Acreditamos que é nas instâncias coletivas e públicas de reflexão que se dará a humanização das políticas públicas, condição imprescindível para a superação da exclusão social, ou seja, da concretização da felicidade pública.